



Câmara Municipal de Guaçuí
Estado do Espírito Santo



Justificativa

Para atender ao mandamento previsto no art. 37, X, da Constituição da República, que determina que os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e Secretários Municipais serão obrigatoriamente fixados por Lei de iniciativa da Câmara Municipal.

Referida Lei, conforme define seu *caput*, estabelece o valor dos subsídios dos Senhores Prefeitos, Vice e Secretários.

Veja que não houve aumento de quaisquer espécies nos referidos subsídios, haja vista que nos anos de 2018 e 2019 houve revisão geral anual nos respectivos subsídios conforme leis municipais 4.209/2018 e 4.264/2019.

Assim, portanto, dispõe a CARTA MAGNA:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Assim, denota-se que a presente iniciativa se encontra em consonância com o entendimento do TCE/ES. Isto posto, contamos com a colaboração dos nobres pares para a aprovação da proposição.


ANGELO MOREIRA DA SILVA
Presidente


JOSÉ AGUSTO ALVES DE PAULA
Vice-Presidente


PAULO HENRIQUE COUZI ROSA
Secretário


JOSÉ CARLOS PEREIRA LEAL
Tesoureiro



Câmara Municipal de Guaçuí
Estado do Espírito Santo



PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 26/2020

Fixa o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para o mandato de 2021 a 2024.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Guaçuí-ES, manteve e ele promulga em conformidade com a Lei Orgânica Municipal a seguinte Lei.

Art. 1º Fica fixa em R\$ 13.671,76 (treze mil seiscentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos) o subsídio mensal do Prefeito Municipal para o mandato de 2021 a 2024, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de remuneração

Art. 2º Fica fixado em R\$ 6.835,88 (seis mil oitocentos e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos) o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal para o mandato de 2021 a 2024, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de remuneração.

Art. 3º Fica fixado em R\$ 5.468,70 (cinco mil quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta centavos) o subsídio mensal do Secretário Municipal para o período de 2021 a 2024, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de remuneração.

Parágrafo único. Ao Controlador Geral e ao Procurador Geral é atribuído o status de Secretário Municipal.

Art. 4º O Prefeito, o Vice-Prefeito, o Secretário Municipal, o Controlador-Geral e o Procurador Geral fazem jus ao 13º (décimo terceiro) subsídio integral ou proporcional ao tempo de exercício, além de férias remuneradas acrescidas de 1/3 (um terço) do subsídio, devidas após cada período de 12(doze) meses ou proporcionais ao tempo de exercício, nos termos das regulamentações oficiais.

Art. 5º Os agentes políticos, a que se refere esta lei, podem optar por escrito pela remuneração do cargo efetivo, se forem servidores municipais.

Impresso em papel reciclado.

Praça João Acacinho, 02, 1º andar - Guaçuí-ES
CEP 29560-000 - Telefax (28) 3553-1540.



Câmara Municipal de Guaçuí
Estado do Espírito Santo

Art. 6º. Ao Vice-Prefeito não é permitido acumular o subsídio com a remuneração de cargo efetivo, se servidor de qualquer ente federativo.

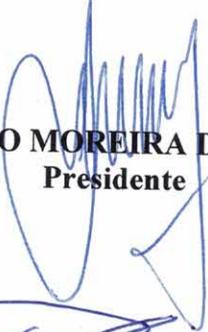
Art. 7º. Os subsídios desta lei devem ser revistos, anualmente, na mesma data da revisão geral anual da remuneração dos Servidores Municipais sem distinção de índice.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei Municipal 4.319/2020.

Sala das Sessões Dr. Francisco Lacerda de Aguiar.

Guaçuí-ES, 06 de julho de 2020.


ANGELO MOREIRA DA SILVA
Presidente


JOSE AGUSTO ALVES DE PAULA
Vice-Presidente


PAULO HENRIQUE COUZI ROSA
Secretário


JOSE CARLOS PEREIRA LEAL
Tesoureiro